

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE NOVEMBRO E DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO. -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e dois de Novembro e a acta da reunião extraordinária do dia vinte e oito de Novembro do corrente ano, depois de lidas foram postas à votação e aprovadas por unanimidade.-----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1.DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA-----

----- 1.1.1 SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO -----

----- 1. Rectificação da deliberação de Câmara de 08/11/02 – Contratos – Programas de Desenvolvimento Pré-Escolar. -----

----- 1.2 DIVISÃO FINANCEIRA-----

----- 1.2.1 SECÇÃO DE CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA-----

----- 10. Substituição de Depósito de Reforço de Caução por Seguro de Caução à firma Monte e Monte – Centro Náutico de Montemor. -----

----- 11. Novo Mercado Municipal – Alteração da Constituição de Propriedade Horizontal. -----

----- 3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1 DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS-----

----- 3.1.1 SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO-----

----- 1. Conservação e reparação de pequenos prolongamentos de água – Acção 2 – Prorrogação de Prazo. -----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.2 DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- 3. Piscina Municipal (Aviso Rectificativo) – Rectificação. -----

----- 4.2 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE-----

----- 1. Atribuição de Subsídio à Associação Fernão Mendes Pinto.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- PROPOSTAS-----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Primeira – O Presidente da Câmara propôs ao executivo a realização de uma Reunião Extraordinária para o dia doze de Dezembro, do corrente ano. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- Mais informou que, aquela seria uma reunião de trabalho, onde seriam tomadas deliberações, por isso haveriam documentos prévios que contudo não iriam conseguir ter finalizados até à próxima segunda feira, pelo que seriam discutidos e apreciados num contexto mais alargado de apreciação na citada reunião. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- INFORMAÇÕES-----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que iam ser desencadeadas, com alguma brevidade, um conjunto de acções de informação e ao mesmo tempo, de dinamização, sobre a problemática da protecção civil, no que dizia respeito ao problema das cheias. Estavam a viver um Inverno com algum rigor, que agora finalmente parecia que estava a querer dar algumas “nuances” de abertura. De qualquer forma, não poderiam esquecer que fazia agora dois anos que tinham tido um Inverno, um período Natalício, extremamente delicado.-----

----- Mais disse que, estava a ser completado, nas tipografias, um folheto sobre a área da temática das cheias, para lançar dentro daquele conjunto que costumavam lançar, e na sequência, iriam dinamizar cinco acções - Pereira, Montemor, Ereira, Santo Varão e Formoselha, nos próximos fins de semana do início de Janeiro de dois mil e três, para, junto das populações, fazer uma acção de sensibilização para algumas daquelas questões, e sobretudo em caso de situações delicadas, houvesse pelo menos, alguma contextualização de informação, que pudesse permitir olvidar alguns procedimentos, quer antes, quer durante ou após os sinistros.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – O Presidente da Câmara informou que, desde o dia dois de Dezembro, que tinham um contrato firmado para um trabalho, durante seis meses, para a elaboração de toda a documentação e de toda a sistematização de colocar na internet uma página da autarquia e desenvolver todos os mecanismos necessários naquela matéria.-----

----- Significava isto que, para Abril de dois mil e três, se tudo corresse como previsto, já poderão estar num sistema funcional, quer de informação, quer de acessibilidade informativa que irá poder ultrapassar muitas das vicissitudes que tinham acabado de referir. -

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- A primeira preocupação do desenvolvimento daquelas tarefas não era apenas ter uma página promocional do município, mas uma página interactiva com o munícipe, pois era o que interessava a vários níveis.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Deu conhecimento de uma reunião no Governo Civil, em que esteve presente a autarquia, através da Directora de Departamento e de uma Chefe de Secção, em que tinham sido dados a conhecer às autarquias e, de acordo com o Decreto-Lei número duzentos e sessenta e quatro, de dois mil e dois, de vinte e cinco de Novembro, as novas competências que tinham sido atribuídas às Câmaras e que estavam, até ao momento no âmbito do Governo Civil. -----

----- Iria trazer um conjunto de novas preocupações aos municípios que, por outro lado, também tinham visto delegadas competências que possuíam para outras instituições, nomeadamente à GNR, no que dizia respeito ao licenciamento de armas e de caça, etc., mas trazia um novo conjunto, desde questões de vendas ambulantes, de lotaria, arrumadores de automóveis, realizações de acampamentos ocasionais, exploração de máquinas automáticas, mecânicas e eléctricas, sistemas de guarda-nocturno, realização de espectáculos desportivos e divertimentos, fogueiras e queimadas, leilões em lugares públicos, tudo isso tinha passado, agora para a responsabilidade das autarquias.-----

----- As autarquias iriam ter que se readaptar para, em dois mil e três, começarem, dentro daquelas competências que lhes estavam atribuídas, a exercer as suas funções. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** – Mais informou que, a partir da próxima semana, numa acção em que a Câmara de Montemor iria assumir aquela responsabilidade, em primeiro lugar pela necessidade que o desempenho daqueles objectivos, que eram notórios e essenciais para a autarquia, e por outro lado, seria a primeira das quatro autarquias que compunham a AD ELO, que daria aquele passo significativo. -----

----- Através de um programa intitulado “Foral”, no qual se pretendia criar novas expectativas de formação, sobretudo para quadros e funcionários das autarquias, e que, até ao momento, tinham sido muito pouco utilizados, em termos regionais, locais e nacionais, tinham sido disponibilizados alguns agentes de desenvolvimento na área dos recursos humanos e da formação e, em devido tempo, tinha sido discutido, na AD ELO, porque tinha sido integrado um daqueles agentes para Montemor, podendo vir a ser

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

cometido mais próximo da Associação do Baixo Mondego e Gândaras, ou de outra instituição. -----

----- Considerava que a Associação do Baixo Mondego e Gândaras estava numa fase de análise, de redefinição e que era muito mais adequado, que aquele trabalho fosse feito nas quatro Câmaras que constituíam a AD ELO. Em termos da rentabilidade, e de levantamento daquelas necessidades de formação, poderão ter muito mais pragmatismo do que estarem a falar num conjunto de nove municípios, onde apareciam, pelo menos dois urbanos de grande dimensão, que poderiam vir a ofuscar o dimensionamento dos outros. -----

----- Estava-se a referir à solução alternativa criada, Câmara de Cantanhede, Câmara de Penacova, Câmara da Mealhada e Câmara de Montemor. Dentro daquele aspecto, e porque o processo tinha passado por Montemor, não iria prescindir daquela matéria, tendo já integrado um contacto com o grupo executivo da AD ELO, para obter um plano de formação realista e adequado, mesmo às preocupações de estruturação que estavam a falar, e que pudesse vir a mobilizar recursos humanos funcionais, naquele conjunto de autarquias que rentabilizasse, e que pudesse projectar a constituição de turmas homogéneas alvo de formação. -----

----- Dentro desse âmbito, a partir da próxima semana terão um técnico, que desenvolverá, face a um conjunto de problemas que tinha apresentado, nomeadamente no que dizia respeito a áreas quase que funcionais do ABC actual, como era o exemplo da informática. Quando tinha tido o gáudio de dizer que já tinham adquirido vinte e cinco computadores, estavam a esquecer que deveriam saber gerir, em termos de informática saber ser utilizador. Também na área técnica, quer de planeamento, quer operativa apresentam-se necessidades formativas claras. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quinta** – Informou ainda que, naquela semana a responsável da UNAVE esteve na Câmara Municipal, para levar todo o levantamento aerofotogramétrico que tinham recebido da empresa, que tinha feito a fotografia aérea e que iria ser alvo de uma análise qualitativa, do valor daquele trabalho, para ver se estava tudo em condições. -----

----- Tinha aproveitado as presenças do senhor Director de Departamento de Obras, do senhor futuro Director de Departamento de Planeamento e do senhor Arquitecto Miguel para fazerem, desde logo uma reunião de trabalho para acelerarem todo o processo, a fim de em Janeiro/Fevereiro já puderem ter elementos de trabalho concretos, quer para a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

revisão do PDM, quer para o sistema de informação geográfica, que tinham que começar a criar. --

----- Precisariam também de pessoas com qualidade técnica e habilitação profissional naquela área. Se por um lado, já tinham a hipótese de ir buscar a oferta do tecido formativo, nomeadamente profissional do Concelho, tinham outras pessoas, de âmbito administrativo, que poderão passar a ter habilitações comportamentais do saber fazer, que naquela matéria também necessitarão de formação.

----- Quanto à área da qualidade e da organização, havia uma panóplia que a partir do momento que o técnico venha para o município, deverá diagnosticar, analisar e projectar. -

----- A Câmara tomou conhecimento.

----- **Sexta** – Iriam entrar num ano financeiramente delicado, havendo um conjunto de parecerias que a Câmara tinha, a vários níveis, que implicavam sistematicamente saídas de verbas, que terão que ser reavaliadas a qualquer momento. Serem sócios de uma entidade, ou associados de outra, para estarem pura e simplesmente a comparticipar somente para poderem dizer que o eram, não valeria a pena. Deveriam começar a “cortar” pelas coisas mais dispensáveis.

----- Já tinha pedido aos serviços de contabilidade que dessem todas as responsabilidades financeiras que a Câmara tivesse naquele momento, em termos de parecerias.

----- A Câmara tomou conhecimento.

----- DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO -----

----- **Primeira** – O Vereador Victor Camarneiro informou que, em relação à recuperação do órgão da Igreja de Tentúgal, e o apoio do escritor José Saramago, tinha, através de algumas pessoas, entrado em contacto com o escritor. Foi-lhe dito por este que, desde que se tinha deslocado a Tentúgal, até à data, nunca mais ninguém o tinha contactado.

----- A Câmara tomou conhecimento.

----- **Segunda** – Informou que, aquando da Reunião da Assembleia Municipal, se tinha falado sobre a questão da documentação e a possibilidade de encontrar uma via complementar de distribuição ou acesso à informação.

----- Assim, poderiam os serviços estudar a possibilidade de terem acesso a alguma informação, via Internet, por exemplo. Considerava que os serviços eram prudentes naquele aspecto, mas tinha recebido documentos que já tinha em sua posse e que não tinham sido alterados.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- Mais disse que, em relação às actas, poderia ser estudada a hipótese de elas passarem a estar disponíveis, na fase em que estavam em análise. Poderiam assim aceder à acta e propor as correcções que eventualmente gostassem de ver contempladas.-----

----- Sabia que nem todos tinham aceso àquele meio, mas pelo menos para quem tivesse, era interessante, naquilo que não implicasse confidencialidade.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Informou que, em relação às actas, não achava que houvesse problema quando eram feitas intervenções em “off”, porque em vez das actas serem muito extensas, poderiam fazer sobre um tema, uma discussão em “off”. -----

----- Mas, por outro lado, corriam o risco de, numa Assembleia Municipal, alguém vir dizer que, neste executivo, só existia um Vereador que era o Presidente da Câmara. Isto porque, era a ele que lhe competia fazer as conclusões e o sumário do que tinha sido decidido.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VEREADOR PEDRO MACHADO -----

----- **Primeira** – O Vereador Pedro Machado informou que, em relação ao processo do Órgão de Tentúgal, o Senhor Presidente da Câmara tinha lembrado, que em relação aos compromissos assumidos para dois mil e dois, para fechar o processo, ele próprio tinha desencadeado aquele dossier. Tinha sido notificado por escrito o escritor José Saramago, e poderia ser natural que ainda não tivesse recebido, porque lhe tinha sido enviado para Lanzarote. -----

----- A sua secretária, tinha sido contactada em Junho, e o escritor tinha ficado de vir a Lisboa nos meses de Junho ou Julho. Segundo ela, nessa altura o escritor contactaria esta Câmara Municipal. Isso não tinha acontecido, mas neste momento, já estava contactado o escritor José Saramago por escrito, como também o IPPAR, que teria dito que não financiaria a recuperação do órgão, sem que fosse aberto o processo de classificação. Esse processo efectivamente estava aberto desde dois mil e um e estavam à espera que o IPPAR se pronunciasse, e a delegação da cultura tinha assumido uma comparticipação de dois mil e quinhentos euros. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou que tinha representado a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, em mais uma Assembleia da Coimbra Vita. Dessa Assembleia, fazia parte da ordem de trabalhos, a apreciação e o Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e três. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- Sobre o assunto informava ainda que, neste momento, a Coimbra Vita estava praticamente, do ponto de vista dos objectivos iniciais, para a qual tinha sido criada, caso não se verificasse, a partir deste momento, um desenvolvimento crescente, uma nova postura e assumpção de uma figura que a pudesse potenciar, estaria esgotada.-----

----- Tinha chegado àquela conclusão, depois de tudo o que viu e ouviu. Só para que o executivo ficasse com uma ideia, no Plano de Actividades de dois mil e um, o grande projecto que aparecia da Coimbra Vita era o Campus das Ciências e da Vida. O grande projecto que aparecia no Plano de Actividades para dois mil e três era o Campus de Ciências e da Vida. Tinha havido alguma tramitação, fizeram algumas acções de formação, um simpósio, tinha-se falado e avançado em tele-medicina, mas do ponto de vista dos objectivos iniciais, para os quais estava traçado a assumpção e também a participação das várias Câmaras Municipais, neste momento, tinha uma utilidade reduzida para o concelho de Montemor-o-Velho.-----

----- Tinha transmitido essa opinião ao Senhor Presidente da Câmara, e ele próprio tinha uma ideia formada sobre o assunto. O que acontecia neste momento era que existia a possibilidade da Câmara de Coimbra vir a assumir a compra e a disponibilidade de terrenos junto ao Parque Industrial de Taveiro, para que pudesse eventualmente vir a ser desencadeado o processo do Campus das Ciências e da Vida. Se assim não acontecer, a Coimbra Vita não tinha nenhuma capacidade, nem logística, nem financeira para implementar o que quer fosse.-----

----- Aquilo que lhe parecia, era que, apesar de haver um conjunto de associados considerável, quer no seu Conselho Superior, onde estavam todas as Câmaras do Distrito, quer outras entidades, quer depois nos próprios órgãos sociais da Coimbra Vita, o que acontecia era que este processo estava quase ele confinado a uma relação, que se esperava que viesse a ser profícua entre a Associação e a Câmara de Coimbra, porque se assim não acontecer, não teria mais "pernas para andar".-----

----- A Coimbra Vita estava limitadíssima em relação à questão dos terrenos e se assim não for, não estaria em condições de poder avançar.-----

----- Foram feitas reuniões com grupos financeiros, para discutir e procurar garantir financiamento interno e apresentadas ao Senhor Ministro da Economia, algumas ideias, bem como os projectos, nomeadamente do Campus das Ciências e da Vida, numa reunião em Coimbra. Tinham-se estabelecidos contactos com o Instituto Pedro Nunes e uma delegação da Coimbra Vita, tendo visitado também o Tagus Parque. Foram apresentados

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

os estatutos para uma futura sociedade gestora, o Campus foi apresentado pela Câmara Municipal de Coimbra ao Senhor Ministro da Economia e, foi assumido pela Câmara de Coimbra, o compromisso de incluir na proposta orçamental para dois mil e três, a aquisição e expropriação dos terrenos, do Tecnopolo, indispensáveis para a primeira fase do projecto do Campus das Ciências e da Vida. -----

----- Se fosse realizado, aquele seria um parque inovador e dinâmico, mas sobretudo para um núcleo muito restrito de agentes e para Coimbra. -----

----- A Câmara de Montemor aderiu, a trinta e um de Maio, de dois mil, tendo participado na altura com o capital social de dois milhões de escudos, e estava previsto que, naquele capital social fossem feitos alguns projectos e desenvolvidos algumas acções para as próprias autarquias participantes, mas o que se tinha verificado era que, para além da Telemedicina, que não tinha expressão no concelho de Montemor, e para além da pretensão de se virem a fazer cursos de formação para gestores hospitalares, também não lhe parecia que Montemor fosse ganhar muito com aquela situação. -----

----- Na sua opinião, o único projecto que ressaltava era o Campus da Ciência e da Vida, que poderia estar comprometido. Num momento, em que o Professor Agostinho Almeida Santos ia passar o projecto ao Dr. Jorge Castilho, presumindo que a dificuldade visível em dois mil e três, era se a Câmara de Coimbra não avançasse com a aquisição de terrenos, que se traduzia em vários milhões de euros, e que já estava em PDM em Coimbra. -----

----- Parecia-lhe que este seria um bom momento para reflectirem sobre a questão da participação da Câmara de Montemor-o-Velho na Coimbra Vita, porque para além da situação atrás mencionada e para além do que era discutido, de que modelo e de que futura sociedade gestora ia ou não haver, o orçamento ia ser muito reduzido. -----

----- Como sabiam, não havia nenhuma expressão daquilo que tinha sido o trabalho da Coimbra Vita, nos últimos dois anos, e não ia haver. Isto porque, se houvesse, seria num médio ou longo prazo, quando estiverem definitivamente em condições de ter em Montemor postos de Telemedicina, o que não lhe parecia que a população de Montemor viesse, no curto prazo a recolher grandes benefícios. -----

----- Segundo, com os campos da ciência e da vida, pensava que estavam mais preocupados em ter bons serviços de saúde e que a população de Montemor, tenha acesso facilitado aos serviços de saúde, do que propriamente ter aquele potencial Campo das Ciências e da Vida, que naquela fase, se não tiver terrenos, para a sua construção, não irá avançar. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- **Terceira** – Informou que, estava a ser feito, ao nível dos média, o convite à população para que se deslocassem a Montemor-o-Velho e fizessem as suas compras no Concelho. -----

----- Estava a ser feita a colocação de algumas iluminações nas Vilas, conforme ali tinha sido aprovado. Existia também, um bom andamento numa relação entre a Associação Empresarial de Montemor-o-Velho, com alguns jornais e com a Rádio Beira Litoral. A RBL tinha-se predispuesto a instalar um posto móvel face à animação de rua e som na Vila, a troco de uma operação de marketing, junto do comércio local. Não haveria custos adicionais para a autarquia. Estava a ser feita uma parceria entre o Comércio Local, a Associação Empresarial de Montemor-o-Velho e a Rádio Beira Litoral, para ser feita a animação comercial. -----

----- A Câmara Municipal tinha, junto da AD ELO, intercedido para que fosse co-financiado uma operação de divulgação através de todo o Concelho, de todos os locais que tinham espaços comerciais, para que o comércio pudesse vir a ser beneficiado nesta Quadra Natalícia. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, em relação à Coimbra Vita, sempre tinha considerado que era um sindicato de interesses, centrado em Coimbra, e que era uma “palermice” que os municípios circundantes se metessem no assunto. A Coimbra Vita, tinha chegado a ter a intenção de ser quase uma duplicação da AD ELO, uma agência de desenvolvimento, e tinha chegado a concorrer, dentro das mesmas linhas e dos mesmos princípios da AD ELO. -----

----- Pensava que Coimbra deveria defender os seus interesses no âmbito da saúde, e deveria fazer aqueles investimentos, mas os impactos e as implicações que poderiam resultar para o Concelho de Montemor eram, na sua opinião, nulos. -----

----- A única coisa que tinha resultado, tinha sido que a Câmara Municipal de Montemor tinha entrado com dois milhões de escudos, e provavelmente, no futuro, será confrontada com a necessidade de entrar com mais, pois se a estrutura não tinha receitas e tinha despesas, estas tinham que ser financiadas por alguém. -----

----- Não lhe parecia, e a exemplo da decisão que tinha sido tomada na ultima reunião sobre a possibilidade de a Câmara aderir a uma sociedade digital, tinham que separar aqueles assuntos. Se estivessem a falar numa relação centrada nos município, com assuntos que pudessem ser mais partilhados, pessoalmente achava muito bem, mas naquele caso

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

concreto, sempre tinha achado dispensável e até um pouco ridícula a participação do município. -----

----- Da sua parte a Câmara terá todo o à vontade para reflectir e inverter a sua posição. Há alguns anos tinham feito uma feira, tinham desafiado os associados a participar, e tinham criado preços proibitivos. A Câmara de Coimbra se puder beneficiar daquilo que assumia, não só o bónus, mas também o ónus. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

----- 1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 1 – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE OITO DE- ----- NOVEMBRO DE DOIS MIL E DOIS – CONTRATOS PROGRAMA --- ----- DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO DE EDUCAÇÃO PRÉ ----- ----- ESCOLAR-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento que, na Reunião de oito de Novembro de dois mil e dois, não tinha ficado expresso que eram dois contratos programa : o Contrato Programa da Educação Pré-Escolar de Montemor e o Contrato Programa da Educação Pré-Escolar da Abrunheira. -----

----- Assim, propunha a rectificação da deliberação da Reunião de Câmara de oito de Novembro, a qual pretendia aprovar os dois contratos programa.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº -- ----- 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA ----- ----- PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários, nos termos da legislação acima citada, no período compreendido, entre vinte de Novembro a três de Dezembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número um). --

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 – REVISÃO ORGÂNICA DA CMMV – QUADRO DE PESSOAL -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento que, de acordo com o que tinha sido decidido anteriormente, têm vindo a evoluir no trabalho da discussão que ali tinham obtido.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- Mais informou que, tinha mais um documento para entregar ao executivo, o qual vinha ao encontro de alguma preocupação, que era por um lado dar mais funcionalidade, mais técnica, mas ao mesmo tempo, e dentro das possibilidades, não significar aumento da estrutura. -----

----- Dentro desse âmbito, já tinham sido revistos alguns dos aspectos, na sequência daquilo que ali tinha sido discutido. O organograma apresentado, já apontava para uma redução, em termos de alguma estrutura, parecia-lhe mais adequada. -----

----- Numa próxima reunião, traria os conteúdos funcionais, daquela matéria, para se ir avançando gradualmente, para que, no final do ano, tinham todo o documento trabalhado. -----

----- A Câmara tomou conhecimento, e apreciou um novo contexto de organização e organograma, considerou que tinha sido factor evolutivo, mas que prender-se-á com uma análise mais profunda sobre os conteúdos funcionais que, numa próxima reunião virão a debate, dentro daquele contexto. -----

----- **3 – INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS SOBRE LEVANTAMENTO E ---** ----- **DEPÓSITO DE CAUÇÃO – TESOUREIRO** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços a dar conhecimento de que a funcionária Maria do Carmo Flório para exercer as funções de Tesoureira tem de efectuar uma caução num valor a fixar pelo órgão executivo, nos termos do numero dois do artigo dezasseis do Decreto-Lei numero duzentos e quarenta e sete barra oitenta e sete, de dezasseis de Junho, o qual nunca poderá ser superior a metade do vencimento líquido anual da categoria de ingresso na carreira de tesoureiro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a funcionária Maria do Carmo Flório a efectuar uma caução no valor de duzentos e cinquenta euros.

----- **1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA** -----

----- **1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.** ----

----- **1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA** ----- ----- **LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO** ----- ----- **INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE** ----- ----- **JANEIRO.** -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas, entre o dia vinte e um de Novembro e cinco de Dezembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia cinco de Dezembro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de um milhão quinhentos e oitenta e três mil seiscientos e quarenta e oito euros e sessenta e oito cêntimos e em Operações de Tesouraria, trezentos e quinze mil oitocentos e noventa e quatro euros e cinquenta e três cêntimos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

----- 3 – ALTERAÇÃO N.º 5 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

----- Foi presente a quinta proposta de Alteração às Grandes Opções do Plano (documento anexo à presente acta sob o número três). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida alteração. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 4 – ALTERAÇÃO N.º 5 AO ORÇAMENTO -----

----- Foi presente a quinta proposta de Alteração ao Orçamento (documento anexo à presente acta sob o número quatro). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida alteração. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 5 – CANCELAMENTO DE CAUÇÕES DA OBRA DE -----

----- “CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS -----

----- POVOAÇÕES (ARRUAMNETOS NA FREGUESIA DE GATÕES)” -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, acompanhada do auto de vistoria da obra supra, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências, podendo assim, ser canceladas todas as cauções, prestadas pela firma Redevias – Sociedade de Construções e Vias, L.da. -----

----- A Câmara tomou conhecimento, e de acordo com o disposto no numero um do artigo duzentos e dez, do decreto-lei quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento de todas as cauções referentes à obra de “Conservação e Reparação de Arruamentos nas Povações

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

(Arruamentos na Freguesia de Gatões)" prestadas pela firma Redevias – Sociedade de Construções e Vias, L.da.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----6 – CANCELAMENTO DE CAUÇÕES DA OBRA DE "INFRA- -----ESTRUTURAS DESPORTIVAS – CONSTRUÇÃO DE RECINTOS---- ----- ABERTOS (POLIDESPORTIVO DESCOBERTO DO SEIXO)"-----

----- Foi presente uma informação dos serviços, acompanhada do auto de vistoria da obra supra, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências, podendo assim, ser canceladas todas as cauções prestadas pela firma Fabrigimno – Fabricação de Material de Desporto, L.da.-----

----- A Câmara tomou conhecimento, e de acordo com o disposto no numero um do artigo duzentos e dez, do decreto-lei quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento de todas as cauções referentes à obra de, "Infra-estruturas Desportivas – construção de recintos abertos – Polidesportivo Descoberto do Seixo" prestadas pela firma Fabrigimno – Fabricação de Material de Desporto, L.da. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----7 – CANCELAMENTO DE CAUÇÕES DA OBRA ----- ----- "INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS – CONSTRUÇÃO DE ----- ----- RECINTOS ABERTOS (POLIDESPORTIVO DESCOBERTO DE----- ----- GATÕES)"-----

----- Foi presente uma informação dos serviços, acompanhada do auto de vistoria da obra supra, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências, podendo assim, ser canceladas todas as cauções prestadas pela firma Fabrigimno – Fabricação de Material de Desporto, L.da.-----

----- A Câmara tomou conhecimento, e de acordo com o disposto no numero um do artigo duzentos e dez, do decreto-lei quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento de todas as cauções referentes à obra de "Infra-estruturas Desportivas – construção de recintos abertos – Polidesportivo Descoberto de Gatões" prestadas pela firma Fabrigimno – Fabricação de Material de Desporto, L.da. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----Ausentou-se a partir deste ponto o Vereador Victor Camarneiro. -----

-----8 – CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DA CASA DE CHÁ, SITA NO-- ----- PAÇO DAS INFANTAS, NO CASTELO DE MONTEMOR – -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- RECURSO HIERÁRQUICO-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, analisados os pareceres que fundamentaram a decisão do Júri e analisadas as propostas verifica-se que, a empresa colocada em primeiro lugar apresenta um melhor programa cultural e propõe-se investir no projecto recursos superiores aos outros dois concorrentes admitidos e, tendo o preço oferecido pela concessão, um peso superior ao programa cultural, não conseguiria nunca o júri classificar em primeiro lugar a Associação Fernão Mendes Pinto. -----

----- Quanto às alegadas falhas processuais e falta de transparência alegadas agora, pela Associação Fernão Mendes Pinto, é incompreensível que tais afirmações sejam feitas nesta fase do procedimento, tanto mais que, os representantes da Associação, no acto público do concurso, que decorreu em dois momentos tiveram acesso a toda a documentação dos restantes concorrentes, bem como, aos elementos do processo e, não tendo nunca manifestado qualquer oposição, tendo ao invés, o que tinha sido comunicado pelo Júri, que o processo decorria com a maior transparência. -----

----- Do que se trata agora é de analisar as propostas dos concorrentes que, nem o Júri, nem ele próprio, enquanto Presidente da Câmara, podem intervir ou alterar, dado tratar-se de documentos da exclusiva responsabilidade dos concorrentes. -----

----- Por mais respeito e consideração que mereça a Associação Fernão Mendes Pinto e o trabalho que tem desenvolvido no Concelho, não pode, por não ser critério de análise das propostas, utilizar tal argumento, na análise formal do processo. -----

----- Assim, propunha a adjudicação, conforme proposta do Júri, à firma U.S.P Utopias, Sonhos e Projectos, bem como indeferir o recurso hierárquico interposto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adjudicar, à Firma U.S.P Utopias, Sonhos e Projectos, a Concessão de Exploração da Casa de Chá, sita no Paço das Infantas, no Castelo de Montemor, bem como indeferir o recurso hierárquico interposto. -

----- Mais deliberou que, a Associação Fernão Mendes Pinto fosse notificada, da deliberação tomada em reunião de Câmara.-----

----- 9 – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2003 -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, na reunião extraordinária do dia doze de Dezembro, aquele assunto iria ser debatido, mais em pormenor.-----

----- Mais disse que tinha sido entregue mais um conjunto de documentos respeitantes, sobretudo, ao Plano de Actividades, para análise dos membros do executivo e que na próxima reunião extraordinária, acompanhados do respectivo orçamento, seriam alvo de discussão para aprovação final. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- Aqueles documentos serviriam para que o executivo, pudesse ver o contexto da filosofia, ainda que genérica, do plano em si. Nalguns aspectos, poderiam os restantes membros do executivo, dar algum contributo e chamar a atenção para este ou aquele aspecto, que muitas vezes, poderia não ter relevância na despesa de capital, mas que tinha do ponto de vista de ambiência e de execução.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que se procedesse à discussão final do documento, na reunião extraordinária do dia doze de Dezembro.-----

-----**O presente ponto foi introduzido na ordem do dia.**-----

----- **10 – SUBSTITUIÇÃO DE DEPÓSITO DE REFORÇO CAUÇÃO POR
SEGURO CAUÇÃO, A PEDIDO DA FIRMA MONTE & MONTE, S.A.** -----

----- A firma Monte & Monte, S.A. solicitou a substituição dos depósitos de reforço de caução da empreitada da “Pista de Remo – Construção” (documento anexo á presente acta sob o numero cinco). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e, face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade, substituir os depósitos de reforço de caução com a apólice numero um zero, zero ponto zero, zero, zero ponto cento e sessenta e dois da Cosec Companhia de Seguros de Créditos, S.A., no montante de noventa e seis mil setecentos e quarenta e quatro euros e doze cêntimos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----**O presente ponto foi introduzido na ordem do dia.**-----

----- **11 – NOVO MERCADO MUNICIPAL – ALTERAÇÃO DA
CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE HORIZONTAL** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços sobre o assunto em epígrafe, e que consta como documento anexo à presente acta sob o numero seis). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a alteração da propriedade horizontal no sentido de que as fracções D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O, S, T, V e W, passem a ser destinados a comércio e/ou serviços, para futuramente não inviabilizar o funcionamento das mesmas.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----**1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS** -----

----- **1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA** -----

----- **LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO** -----

----- **DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO.** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre vinte de Novembro a cinco de Dezembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número sete). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2 - PEDIDO DA ASSOCIAÇÃO REMAR PORTUGUESA PARA** -----

----- **OCUPAÇÃO DE UM LUGAR DE TERRADO NA FEIRA QUINZENAL** -----

----- Pela Associação Remar foi enviado um ofício a pedir ajuda à Câmara, para ocupação de um lugar na Feira Quinzenal, desta Vila, para poderem vender artigos que normalmente vendem nas suas lojas, de forma a conseguir mais fundos para desenvolverem o trabalho de reabilitação e reinserção das pessoas marginalizadas e necessitadas, que visa prosseguir. -----

----- Pelos serviços foi ainda prestada uma informação, conforme documento anexo à presente acta sob o número oito. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, não pretendia fazer nenhum juízo de valor sobre a Associação em causa, até porque as informações que chegavam eram sempre muito contraditórias, mas não havia dúvida nenhuma de que era uma Associação conhecida, que prestavam serviço na área da reabilitação e que tinham, efectivamente, e todos conheciam, uma componente de prestação de serviços e de venda comercial, que era pública. -----

----- Do seu ponto de vista, dada a extensão da feira, a eventual não concorrência com os feirantes "encartados" e tradicionais e dados os fins a que se destinava, não via nenhum inconveniente e até pensava que era uma forma, até interessante de ajudar uma associação, facultando-lhe algumas possibilidades para desenvolverem aquela componente de economia social. -----

----- Já tinha referido anteriormente que, em relação à questão do mercado municipal, não veria com maus olhos que fosse concedido um espaço, para a venda directa de produtos que produziam normalmente, desde que aquela se enquadrasse numa perspectiva de concorrência leal. -----

----- Mais disse que, em relação à Remar, aquela poderia ser uma decisão condicionada, no sentido de se conceder um espaço, ficando sujeito a uma avaliação, até porque as decisões não eram irrevogáveis. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, tinha dado autorização aos Fiscais Municipais e ia entrar em contacto com a GNR, porque de facto tem vindo a ser um livro arbitrio, a utilização das feiras, por pessoas que não estavam devidamente credenciadas. ---

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- Assim, deveria ser salvaguardada toda a "legalização" desta matéria, porque nas próximas feiras de onze e dezoito de Dezembro, ia haver um sistema de grande controlo, por parte dos fiscais e da GNR, quer na acessibilidade, quer na venda na feira quinzenal, para acabarem com certas circunstâncias, que naquele momento, punham em causa quem cumpria o pagamento das suas taxas e licenças, que houvesse formas desadequadas e injustas de falta de equidade, quanto à fiscalização naquela matéria.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade conceder um espaço na Feira Quinzenal, a título gratuito, para o fim em causa à Associação REMAR Portuguesa. --

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----2 - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES-----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre vinte e um de Novembro e cinco de Dezembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número nove).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS-----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

----- 1 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS-----

-----POVOAÇÕES: CONSTRUÇÃO DE PONTÃO (RIBEIRA DO SEIXO)-

----- - PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE -----

----- ENCARGOS - ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----

----- Foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dez.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços.-----

----- Três – Fixar o preço de vinte e cinco euros, acrescido de IVA à taxa legal, para fornecimento das cópias dos elementos do concurso. -----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “ Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro - Presidente-----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva, Engenheira Técnica Civil-----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.^a – Secretária-----

----- “ Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro Civil – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva, Engenheira Técnica Civil-----

----- António Manuel Maurício Quinteiro, Técnico Profissional Especialista Principal -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **2 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS** ----- ----- **POVOAÇÕES: (FREGUESIA DO SEIXO) – PLANO DE** ----- ----- **SEGURANÇA E SAÚDE** -----

----- Foi presente o Plano de Segurança e Saúde, nos termos do Decreto-Lei número cento e cinquenta e cinco barra noventa e cinco, de um de Julho, relativo à obra em epígrafe. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano em epígrafe. -----

----- Dois – Nomear para coordenar em matéria de segurança e saúde durante a execução da obra, Maria Edite Rasteiro e Silva, Engenheira Técnica Civil-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **3 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS--** ----- ----- **MUNICIPAIS: (FREGUESIA DE ARAZEDE) – PLANO DE** ----- ----- **SEGURANÇA E SAÚDE** -----

----- Foi presente o Plano de Segurança e Saúde, nos termos do Decreto-Lei número cento e cinquenta e cinco barra noventa e cinco, de um de Julho, relativo à obra em epígrafe. ----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano em epígrafe. -----

----- Dois – Nomear para coordenar em matéria de segurança e saúde durante a execução da obra, Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Engenheira Civil.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----4 - E.N. 347 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA NOVA PONTE DAS----- ----- LAVANDEIRAS – MONTEMOR-O-VELHO – ENTREGA DE INFRA- ----- ESTRUTURAS -----

----- Foi presente um ofício do IEP sobre a entrega à Câmara Municipal das infraestruturas de iluminação pública referidas em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número onze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Considerar que as infraestruturas eléctricas foram entregues na data da sua ligação à rede pública de iluminação, ou seja, dezoito de Outubro do corrente ano, passando assim para o domínio da Autarquia. -----

----- Dois – Dispensar qualquer formalidade de entrega de tais infraestruturas. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- 3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO. -----

----- 3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA. -----

----- 3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO. -----

-----O presente ponto foi introduzido na ordem do dia.-----

----- 1 – CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS -----

----- PROLONGAMENTOS DA REDE DE ÁGUAS EM DIVERSAS -----

----- FREGUESIAS DO CONCELHO (ACÇÃO 2) – PRORROGAÇÃO DE - ----- PRAZO-----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número doze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, com início a vinte e cinco de Novembro de dois mil e dois e término a oito de Janeiro de dois mil e três.-----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

-----4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- 1- PARCERIA ENTRE COIMBRA 2003 CAPITAL NACIONAL DA ---
 ----- CULTURA E A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO -
 ----- APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE ACORDO DE -----
 ----- COLABORAÇÃO -----

----- Pelo Vereador do Pelouro foi presente um acordo de colaboração entre Coimbra dois mil e três Capital Nacional da Cultura e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho (documento anexo à presente acta sob o numero treze).-----

----- Mais disse que, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, era uma das duas Câmaras que estava em condições, pelo menos com os trabalhos discussão mais avançados, em termos da participação, até porque dois mil e três estava próximo. Oficialmente Coimbra Capital da Cultura, abriria dia vinte e quatro de Janeiro, com a presença do senhor Presidente da Republica, mas entendiam que, à semelhança da Câmara Municipal da Figueira da Foz, deveria ser feito um documento, documento esse que passasse a servir de registo subjacente àquela participação. -----

----- O documento podia não ser demasiado concreto, mas era sobretudo abrangente, e abria campos para que se abrangessem mais áreas com a Coimbra Capital da Cultura. -----

----- Para que o executivo ficasse com uma ideia de algum do trabalho já realizado, a este nível, pensava que Coimbra estava já, de alguma forma, a respeitar as conversas que tem tido com Montemor-o-Velho, naquela área. Por exemplo o Diário de Coimbra, de dezoito de Junho, já fazia referência à Figueira da Foz e Montemor-o-Velho, como dois exemplos que têm um projecto com acuidade para apresentar à Coimbra Capital da Cultura dois mil e três, bem como na ultima revista do "Municípios e Regiões", de Outubro do corrente, onde era feito uma grande abordagem à Coimbra Capital da Cultura, com o Senhor Presidente, Professor Dr. Abílio Hernandez na página dezoito, às actividades que deveriam ser realizadas em Montemor. -----

----- Estava subjacente, implicitamente e tacitamente aceite, aquela proposta de Montemor-o-Velho ser um dos municipios integradores daquele movimento de dois mil e três. Aquilo que de alguma forma estava subjacente, apesar de não estar escrito, ao acordo e à participação de Montemor-o-Velho na Coimbra Capital da Cultura dois mil e três, eram três eixos e três condições. -----

----- Os eixos eram:-----

----- Primeiro - um especial enfoque nos espaços de grande interesse patrimonial, existentes ao nível, de todo o Concelho. Privilegiarão, sobretudo os espaços, não ficando confinados ao Castelo, ao Esther de Carvalho e ao Centro Histórico de Montemor-o-Velho.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

Estavam a privilegiar espaços que, no futuro venham a ser assumidos como espaços de grande interesse para ser desenvolvido no concelho uma actividade relevante naquele âmbito. Quer seja para eventos de cariz musical, teatral, gastronómico ou ainda ao nível das exposições. -----

----- Segundo – tinham estabelecido as acções ao nível do teatro, da música e da gastronomia, como sendo áreas de intervenção prioritárias do Concelho.-----

----- Terceiro – estabelecer como parceiros essenciais o tecido associativo concelhio. -----

----- Os agentes do tecido associativo de Montemor deveriam ser privilegiados, e deveriam ser eles os parceiros principais para a Coimbra Capital da Cultura.-----

----- Tinha apresentado ao senhor Professor Abílio Hernandez, na qualidade de Presidente, condições que tinham sobretudo a ver com o que Montemor esperava, que viesse a poder usufruir daquele tipo de evento: -----

----- Primeira - estarão receptivos que Montemor viesse a poder integrar o roteiro de Coimbra Capital da Cultura, com a introdução de espectáculos de índole regional e nacional, que Coimbra Capital da Cultura tinha previstos, e que se pudessem realizar em Montemor. -----

----- Segunda – com o apetrechamento do Esther de Carvalho, poderiam realizar-se alguns espectáculos no mesmo, a troco do equipamento que lá faltava, e que fosse a Coimbra Capital da Cultura a assegurar aquela vantagem de poderem equipar, ao nível do som e da luz aquele Teatro.-----

----- Terceira – o financiamento directo a acções que viessem a desenvolver em Montemor-o-Velho.-----

----- Deveriam ficar salvaguardas as três, ou pelo menos os principais interesses daquelas condições referidas.-----

----- Aquele documento era uma proposta de trabalho, poderiam fazer algumas rectificações, se assim o entendessem, se não, propunha a aprovação do acordo de colaboração entre Coimbra dois mil e três Capital Nacional da Cultura e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo haver assuntos que preferia nem discutir. Aquele era um deles, pois considerava que o evento Coimbra Capital Nacional da Cultura, não tinha um interesse assim tão relevante. -----

----- Em segundo lugar, parecia-lhe que há tanto tempo que se tinha iniciado aquele processo, e agora em vésperas do arranque do evento é que andavam a incluir os

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

concelhos limítrofes. Não os tinham implicado na partilha do bolo, na componente estruturante. -----

----- O que considerava importante era o facto de Montemor poder ter beneficiado, para agora poder dar alguma coisa, nos investimentos que estavam a ser feitos em Coimbra e que eram muito generosos, independentemente de achar um pouco ridículo, pois considerava que aquilo era uma réplica do Porto Capital Europeia da Cultura, e de outras coisas que se iam fazendo, pois neste caso, a população não sentia o que estava a acontecer. -----

----- As pessoas que estavam à frente daquele processo, e conhecia algumas, tendo muito respeito por elas, desde o senhor Moura Ramos, a outros, tinham chegado à fase que, em termos residuais era preciso haver alguma réplica, para o resto do território para calar a população. O que estava explícito naquele acordo era a colaboração tão vaga que não dava garantias de nada. -----

----- A única coisa que sabiam era que algumas réplicas de Coimbra Capital Nacional da Cultura, iriam sentir-se nos Concelhos limítrofes, neste caso em Montemor, porque era um espaço preferencial para o desenvolvimento, especialmente de Verão de grandes intervenções, não por respeito que tinham por Montemor, mas porque o Património que ali tinham "dava jeito". -----

----- Gostaria de saber o que é que Montemor iria ganhar, para além de em vez de se deslocar vinte quilómetros, poderia ter no seu território um, ou outro evento, questionando o que é que resultava para o futuro? Algum equipamento de luz e de som no Esther de Carvalho? Ainda não estava nada certo. Sabia, de fonte segura, que inclusive alguns pequenos investimentos propostos à Coimbra Capital da Cultura, noutros sítios, nenhum deles, tinha sido aprovado. As verbas, em termos de investimentos, esgotavam-se em Coimbra, e daí, talvez a resistência da Câmara Municipal da Figueira, que em certa medida, compreendia. -----

----- A sua posição era a de que, era melhor estar do que não estar, pelo menos apareciam nos out-doors, numa ou noutra coisa, e traziam para Montemor algumas iniciativas de carácter cultural. Votará a favor daquele acordo, e considerava que a Câmara deveria defender os interesses do Concelho. Se a Câmara conseguisse que uma parte do seu planeamento cultural, fosse financiado e absorvido e cruzado com Coimbra Capital da Cultura, até considerava uma boa estratégia. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo aproveitar a oportunidade para informar que tinha tido uma reunião, no passado dia vinte e seis de Novembro, com o CITEC. Tinha ficado agendado que, dentro do contexto de alguma discussão que tem havido, deveria haver um convite formal, a que a Direcção do CITEC viesse a uma Reunião de Câmara, trocar impressão sobre questões, que tinha colocado muito frontalmente naquela reunião. --

----- Em relação àqueles aspectos, levava para ali aquele assunto, pois haviam muitas questões que se prendiam com um programa, com o qual tinha sido confrontado naquele dia, pela gestão do CITEC, falando não só das suas próprias actividades, mas também da programação da utilização e do lançamento, para dois mil e três, do Teatro Esther de Carvalho, e que se vinha integrar nalgum daquele contexto que estavam a falar.-----

----- Dentro daquele âmbito, para além de virem a privilegiar numa primeira fase uma discussão com Coimbra Capital da Cultura, que pensava ter que ser pragmática, face a algumas destas preocupações e daqueles desafios, era necessário estabelecerem, a médio prazo, um plano de intervenção para que o Teatro Esther de Carvalho, quando fosse aberto fosse adequadamente posto à disponibilidade e à disposição da sociedade. Quer em termos da produção, quer em termos da animação, ou da sua própria consubstanciação, em termos do espaço mais adequado, e que ficará como única oferta existente na sede do Concelho, para determinado tipo de realizações e eventos culturais.-----

----- Em relação àquela pareceria, e o que tem vindo a ouvir falar, muitas vezes o próprio responsável de Coimbra Capital da Cultura, era de que em primeiro lugar, o âmbito geográfico da intervenção teria que ser abrangente, que vir ao encontro das prerrogativas de quem, naquela matéria tem tido um histórico importante em matéria de cultura, e Montemor naquele âmbito, não terá que esperar por lições de outros concelhos à sua volta, pois tinha uma tradição que já vinha dos "primórdios" da democracia autarquia instaurada após Vinte e Cinco de Abril. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o acordo de Colaboração entre Coimbra Dois mil e Três Capital Nacional da Cultura e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- 1- RELATÓRIO DO CLUBE DESPORTIVO CARAPINHEIRENSE --

----- 3.ª TRANCHE ÉPOCA DESPORTIVA 2001/2002 -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi presente o Relatório do Clube Desportivo Carapinheirense – 3.ª Tranche - Época Desportiva dois mil e um, dois mil e dois.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- Assim propunha o pagamento do subsídio respeitante ao Relatório Final de dois mil e um, dois mil e dois, que ascendia, para já a mil novecentos e setenta e oito euros e quarenta e quatro euros, o que englobava a parte de futebol, pesca desportiva e a festa dois mil e dois da petanca, acrescido de mais mil e quinhentos euros, para apoio à aquisição de uma viatura para transporte de jogadores. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio no valor de três mil quatrocentos e setenta e oito euros e quarenta e quatro centimos, ao Clube Desportivo Carapinheirense. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **2 - FESTAS CONCELHIAS 2002 – SUBSÍDIOS** -----

----- O Presidente da Câmara informou que, de acordo com o orçamento para o programa desportivo das Festas Concelhias dois mil e dois, e tendo em consideração as instituições que colaboraram no desenvolvimento das actividades, propunha a atribuição dos seguintes subsídios: -----

----- **Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Pereira** – VIII Torneiro de Beach Volei – setecentos e cinquenta euros; -----

----- **Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Moinho da Mata** – Encontro de Jogos Tradicionais – quinhentos euros; -----

----- **Clube de Caça e Pesca Desportiva de Montemor-o-Velho** – Concurso de Pesca – mil euros; -----

----- **Circulo de Xadrez de Montemor-o-Velho** – Open de Xadrez – mil e quinhentos euros. -

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.** -----

----- **3 – PISCINA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- **– RECTIFICAÇÃO AO ANÚNCIO PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA, III SÉRIE, N.º 225, DE 05/11/2002** -----

----- O Presidente da Câmara informou que, no seguimento do ofício enviado pela AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas, foi elaborado um Aviso Rectificativo ao Concurso Público da Piscina Municipal de Montemor-o-Velho visando esclarecer algumas questões suscitadas por aquela Associação. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- Informou ainda que, era sua opinião que se deveria alargar o leque de empresas com capacidade para poderem concorrer, no que diz respeito aos seus certificados de classificação de empreiteiros de obras públicas. -----

----- Propunha assim, que fossem exigidos os seguintes certificados de empreiteiros de obras públicas: -----

----- A alínea a) do ponto 6.2 do Programa de Concurso passe a ter a seguinte redacção:

----- "Da 1ª Categoria – Empreiteiro Geral de Edifícios da classe que cubra o valor global da proposta" -----

----- A alínea b) do ponto 6.2 do Programa de Concurso passe a ter a seguinte redacção:

----- "Das 1ª, 2ª, 3ª 5ª e 13ª subcategorias da 1ª categoria; das 13ª, e 14ª subcategorias da 3ª categoria; das 1ª, 6ª, 7ª, 8ª 10ª, 11ª e 15ª subcategorias da 5ª categoria; da 2ª, 5ª e 15ª subcategorias da 6ª categoria, correspondentes cada uma, ao valor dos trabalhos especializados respectivos, consoante a parte que a cada um desses trabalhos cabe na proposta e que será indicada em documento anexo àquela, caso o concorrente não recorra à faculdade conferida no artigo 73º, alínea f) e artigos 265º a 272º, do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março." -----

----- Usou da palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, concordava com a proposta do Presidente da Câmara desde que, ficasse salvaguardado que a obra fosse executada por empresa com boas capacidades técnico/financeiras e que não se atrasasse muito a sua execução pois não gostaria que aquele empreendimento fosse inaugurado só no final do presente mandato. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Ratificar o acto praticado pelo Presidente da Câmara no que diz respeito aos elementos constantes do Aviso Rectificativo datado de vinte e seis de Novembro do corrente ano. -----

----- Dois – Aprovar a proposta do Presidente da Câmara no que diz respeito à alteração da classificação de empreiteiros de obras públicas. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE** -----

-----O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

-----Ausentou-se a partir deste ponto o Vereador Victor Camarneiro. -----

----- **1 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO FERNÃO** -----

-----**MENDES PINTO** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de um pedido feito para um apoio para a recuperação do Jardim de Infância Ilda Moreno, que depois de algumas conversas tidas com a estrutura organizativa da Associação Fernão Mendes Pinto, tinham chegado a acordo quanto aos procedimentos.-----

----- Assim propunha a atribuição de um subsídio no valor de oito mil setecentos e cinquenta euros.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Voltou a fazer parte da reunião o Vereador Victor Camarneiro.** -----

----- **INTERVENÇÃO AO PÚBLICO** -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- Verificou-se a não existência de público. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas treze horas, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Dezembro de 06